

#### FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE TIRO COM ARMAS DE CACA

ALAMEDA ANTONIO DEPONO, 22-17 C 1 1499-13 ALDES 1 POSTUGA TELEPONE 181; 2117210 C 1 TELETAL DELIGINATION E-mail from arithmat and



### REGULAMENTO DO COLÉGIO DE TREINADORES DA FPTAC

#### 1. Considerando:

- 1.1. Que compete às federações desportivas o direito de regulamentação dos quadros competitivos das modalidades (artigo 13 n.º 1 alínea g) do Regime Jurídico das Federações Desportivas DL n.º 248-B/2008, de 31/12);
- 1.2. Que as federações detêm o direito exclusivo de, promover, regulamentar e dirigir a nível nacional a prática das modalidades, bem como de organizar e publicitar os quadros competitivos da modalidade, independentemente do escalão etário ou categoria (artigo 6.º n.º 1 alineas a) e b) do Decreto-Lei 45/2015, de 9/4 que define as formas de proteção do nome, imagem e atividades desenvolvidas pelas federações desportivas, bem como o respetivo regime contraordenacional);
- 1.3. Que as federações de tiro são as entidades que superintendem na prática do tiro desportivo e que são reconhecidas como as entidades que regulam o tiro desportivo (regime especial de aquisição, detenção, uso e porte de armas de fogo e suas munições e acessórios destinadas a práticas desportivas e de colecionismo histórico-cultural artigo 10º da Lel 42/2006, de 25 de agosto);
- 1.4. Que a FPTAC detém o estatuto de utilidade pública desportiva e este confere-line a competência para o exercício, em exclusivo, por modalidade ou conjunto de modalidades, de poderes regulamentares, disciplinares, tendo estes poderes natureza pública (art. 19.º da Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto Lei 5/2007 de 16/1);
- 1.5. Que nos termos dos estatutos da FPTAC (adiante estatutos) compete a esta promover, regulamentar e dirigir, a nível nacional, a prática da modalidade de tiro desportivo com armas de caça e suas disciplinas (artigo 2.º dos estatutos);
- 1.6. Que a modalidade e disciplinas da FPTAC implicam o manuseio de armas de fogo, com os naturals riscos inerentes e é incontornável os treinadores terem de manusear armas ou aconselhar sobre o seu uso, no exercício da sua atividade.
- 1.7. Que é imprescindível os trelnadores da modalidade e disciplinas em apreço terem formação em matéria de armas de fogo e estarem habilitados para as entenderem e magusearem.
- 1.8. Que a Lei n.º 40/2012 de 28 de agosto, que estabelece o regime de acesso e exercício da atividade de treinador de desporto, determina os termos genéricos para que uma pessoa possa ser considerada treinador, mas é omissa em relação aos requisitos básicos específicos para as armas de fogo, em particular no que concerne à exigência legal da LUPA (licença de uso e porte de armas) e da licença especial de tiro Licença Federativa E prevista no artigo 13.º da Lei n.º 42/2006 de 25 de Agosto, que estabelece o regime especial de aquisição, detenção, uso e porte de armas de fogo e suas munições e acessórios destinadas a práticas desportivas e de colecionismo histórico-cultural, disciplinada pelo Regulamento da Licença Federativa de Tiro E da FPTAC.





- 1.9. Que é essencial, para conferir confiança ao sistema desportivo, que a comunidade do tiro e público em geral possam saber, a todo o tempo, com rigor, quem tem os requisitos para ser treinador da modalidade de tiro com armas de caça e disciplinas.
- Que a competência regulamentar das federações pertence à sua Direção (artigo 41, n.º 2, alínea a do Regime Desportivo das Federações Desportivas - DL n.º 248-B/2008, de 31/12);
- A Direção da FPTAC aprovou o presente regulamento que institui e regulamenta o Colégio de Treinadores da FPTAC.

#### Artigo 1.º - Norma habilitante

O presente diploma é efetuado ao abrigo do Decreto-Lei 248-B/2008, de 31 de dezembro (Regime Desportivo das Federações Desportivas).

## Artigo 2.º - C ompetência regulamentar

O presente regulamento é da competência da direção da federação, nos termos do artigo 41, n.º 2, alinea a) do Regime Desportivo das Federações Desportivas - DL n.º 248-B/2008, de 31/12.

# Artigo 3.º- Definições utilizadas

No presente regulamento utilizam-se as seguintes definições: FPTAC ou Federação - Federação Portuguesa de Tiro com Armas de Caça; RCT – Regulamento do Colégio de Treinadores; CT – Colégio de Treinadores; IPDJ - Instituto Português do Desporto e Juventude, TPTD - Título Profissional de Treinador de Desporto, Licença Federativa E ou Licença E – a licença federativa prevista no artigo 13.º da Lei n.º 42/2005 de 25 de Agosto, que estabelece o regime especial de aquisição, detenção, uso e porte de armas de fogo e suas munições e acessórios destinadas a práticas desportivas e de colecionismo histórico-cultural, disciplinada pelo regulamento da licença federativa de tiro E da federação.

# Artigo 4.º- Denominação e objeto

O presente regulamento:

- Denomina-se Regulamento do Colégio de Treinadores da FPTAC;
- Institui o Colégio de Treinadores da FPTAC;
- Estabelece as regras do CT, em especial as condições de admissão e exclusão dos seus membros e os efeitos de pertença ao mesmo.

### Artigo 5.º- Membros

- Considera-se membro do CT quem cumprir as seguintes condições cumulativas:
  - 1.1. For titular de Licença Federativa E:
  - 1.2. For titular de Licença de Uso e Porte de Arma (LUPA);
  - For detentor do Título Profissional de Treinador de Desporto (TPTD), emitido pelo IPDJ;
  - 1.4. Requerer à Direção a sua admissão e for por esta admitido no CT.
- Perde a posição de membro do CT quem deixar de reunir as condições supra.

Página 2 de 3



#### FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE TIRO COM ARMAS DE CACA

ALAMEDA ANTONIO SERIOTO 22 - 8.º C. 1488/152 ALDES - PORTUGAL (SUBFORM DELL'ENFIRMENT) - DELL'ENA (181) ENFIRMENT

 A Direção pode decidir a exclusão do CT de qualquer membro deste colégio que debre de ter as condições de pertença ao mesmo.

# Artigo 6.º- Efeitos da inscrição no CT

- Em relação à modalidade de tiro desportivo com armas de caça e suas disciplinas, só os membros do CT:
  - 1.1. São considerados treinadores:

1.2. Podem exercer direitos, candidatar-se a funções ou exercê-las, nomeadamente cargos federativos, que dependam de serem treinadores.

 Os membros do CT podem ser dados a conhecer ao público em geral, nomeadamente através da página da federação na internet, mediante a publicação do seu nome, número da licença E, bem como o número e tipo do TPTD, para que todos os interessados possam saber, a todo o tempo, quem são os treinadores do colégio.

# Artigo 7.º- Comprovativo de membro do CT

A FPTAC passará a qualquer membro do CT, que o requeira, um comprovativo de membro do CT

# Artigo 8.º- Casos omissos e dúvidas

Os casos omissos ou dúbios serão decididos pela direção oficiosamente ou mediante requerimento de qualquer interessado.

#### Artigo 9.º- Norma transitória

O requisito previsto no ponto 1.4 do artigo 5.º deste regulamento só é exigível a partir de 31 de dezembro de 2025.

# Artigo 10.º- Aprovação e entrada em vigor

Airondo Andri Pourus Prodisques do Valg Verge Carrando des Sonts Carring de So Se Javia da 812 Val O il Vecca

O presente regulamento foi aprovado, na reunião de Direção da federação em 26 de agosto de 2024 e entra em vigor no dia seguinte à sua aprovação.

A Direção

Página 3 de 3



# Colégio de Treinadores da FPTAC

Nº do Titulo	Nº FPTAC	Nome	Modalidade/Grau
24319	32	Vítor Hugo Latas Pitti	Tiro com Armas de Caça - Grau II
5620	99	Rui Narciso Martins Borralho Calado Parreira	Tiro com Armas de Caça - Grau II
70519	115	Luís Miguel Ramos Pereira	Tiro com Armas de Caça - Grau I
33800	132	Custódio Ribeiro Ezequiel	Tiro com Armas de Caça - Grau II
2162	135	António Manuel Castela Povoa	Tiro com Armas de Caça - Grau II
64665	175	Susana Leão Pagará de Campos	Tiro com Armas de Caça - Grau II
16909	291	António Joaquim André Justino	Tiro com Armas de Caça - Grau I
69074	334	Ricardo Manuel Sebastião Colaço	Tiro com Armas de Caça - Grau I
637	412	Francisco José Guedelha Marquito	Tiro com Armas de Caça - Grau II
28726	443	Rui Carlos Martins Terra	Tiro com Armas de Caça - Grau I
95614	607	João Carlos Martins Quintas	Tiro com Armas de Caça - Grau I